



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

## REUNIÃO MENSAL DO GRUPO GESTOR REGIONAL DO SISTEMA E-GESTÃO

ATA DE REUNIÃO	
Local	Data
Sala de Reunião – 4º andar	30/11/15

### 1. Integrantes do Comitê

Fabio Túlio Correia Ribeiro (Desembargador-Presidente e Coordenador do Comitê)

Rosane Nascimento Barretto (Secretária Geral da Presidência, Membro do 1º e 2º graus de Jurisdição)

Karine Fonseca Prado (Assessora da Presidência, Membro do 1º e 2º graus de Jurisdição)

Deborah Puig Cardoso (Secretaria da Corregedoria e Membro do 1º e 2º graus de Jurisdição)

Lorena Santos Nascimento (Coordenadora de Gestão de Pessoas, Membro da área administrativa)

Mário de Oliveira Neto (Diretor de Secretaria, Membro do 1º grau de jurisdição)

Luiza de Marilac Amazonas Cabral de Andrade (Assistente Administrativo da AGE, Membro da Área de Estatística)

Obs.: Registraram-se as ausências do Exmo. Sr. Juiz do Trabalho Substituto Antônio Francisco de Andrade (Vice-Coordenador do Comitê), dos servidores Lorena Santos Nascimento, Mário de Oliveira Neto e Marcos Xavier de Almeida Barretto que encontra-se em férias, sendo substituído pelo servidor Levi da Costa Mota, todos devidamente justificadas.

### 2. Convidados

Mônica Oliveira Barreto (Assessora de Gestão Estratégica)

Tadeu Matos Henriques Nascimento (Diretor-Geral)

### 3. Pauta

- 3.1. Providências decorrentes de deliberações em reuniões anteriores;
- 3.2. Balanço da semana de suspensão do expediente – Reciclagem do Pje-JT e trabalho realizado na 1ª e 2ª Varas de Aracaju;
- 3.3. Provimento nº 3/2015 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho – Possíveis impactos em itens do e-Gestão;
- 3.4. Taxa de Congestionamento de Processos em Fase de Execução – criação de novo Indicador no Justiça em Números (CNJ) – reflexo dos Processos em Arquivo Provisório
- 3.5. O que ocorrer.

Em cumprimento ao disposto no ATO GCGJT Nº 5, de 16 de junho de 2014, o Grupo Gestor Regional do Sistema e-Gestão reuniu-se com vistas a discutir questões relacionadas ao Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho – e-Gestão, conforme Pauta acima especificada.

O Desembargador Presidente e Coordenador do Grupo Gestor agradeceu a presença de todos, registrou as ausências do Exmo. Sr. Juiz do Trabalho Substituto Antônio Francisco de Andrade (Vice-Coordenador do Comitê), em razão de sua atuação como juiz substituto, do servidor Marcos Xavier de Almeida Barreto (Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação, Membro da Área de TI) que se encontra em férias, e dos servidores Lorena Nascimento e Mário Oliveira Neto, ambos participando do evento de desenvolvimento gerencial. Em seguida, declarou aberta a reunião e passou a palavra para Mônica. Designou ainda para atuar como Secretária da Reunião a servidora Marilac



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

## REUNIÃO MENSAL DO GRUPO GESTOR REGIONAL DO SISTEMA E-GESTÃO

Mônica apresentou os itens contidos na Pauta um a um. As análises, observações e deliberações do Comitê foram registradas pela Secretária da Reunião, no item 4, abaixo.

### 4. Análises, observações e deliberações

#### 4.1 - Providências decorrentes das deliberações em Reuniões anteriores:

a) CLE – Cadastro de Liquidação e Execução – Tadeu informou que o custo levantado junto à empresa que prestou o serviço de digitalização para o Tribunal de Contas do Estado é de R\$ 0,18 (dezoito centavos) por folha, devendo ser informado quais as folhas do processo devem ser escaneadas, não abrangendo portanto a indicação dos documentos a serem escaneados. Rosane e Débora lembraram que a relação mínima de documentos trazidas pela Resolução CSJT Nº 136/2014 deve se referir aos processos que irão iniciar a execução, e que os processos em execução precisam de mais elementos. Algumas ideias acerca dos documentos a serem migrados para o PJE foram discutidas, ficando decidido que a Secretaria de Tecnologia da Informação elaborará um projeto básico para contratação de empresa para realizar a migração dos processos físicos em execução para o Pje abrangendo definição de escopo, operacionalização (incluindo de pessoas com formação em Direito para avaliação dos documentos) e recursos necessários. Ficou decidido também que os trabalhos do CLE serão iniciados pela Vara 7 (que já tem um trabalho iniciado) e pelas Varas do interior, devendo os diretores serem contactados para se verificar a ordem de migração. Débora ficou de apresentar uma proposta de minuta do Provimento para implantação do CLE, inclusive dos documentos que serão digitalizados por este Regional.

b) Cadastramento dos assuntos processuais de acordo com as Tabelas Processuais Unificadas (TPU) - A CAP – Coordenadoria de Atendimento e Protocolo já foi devidamente informada sobre a necessidade de proceder ao cadastramento dos “Assuntos” nos processos físicos do 2º grau.

c) Produção dos Magistrados – Processos sem magistrado associado – Marilac informou que as ocorrências referentes aos processos físicos do 1º grau (nov/2015) na fase de conhecimento já foram rastreadas e deveu-se a duas causas: processos eletrônicos que tiveram sentenças excluídas e ausência da informação “juiz” nos processos físicos - sem lançamentos no SAP1 (neste último caso as providências no sentido de evitar novos casos já foram tomadas pela AGE – obrigatoriedade de preenchimento do campo “juiz” no movimento). No que se refere ao 2º grau, foi constatado que referida inconsistência continua acontecendo ainda sem diagnóstico. Ao consultar a estatística de outros Regionais, constatou-se um elevado número de processos sem magistrado associado na 6ª Região, que ao ser consultado respondeu: “descobrimos que, para não haver nenhuma ocorrência do erro “Sem detalhe de magistrado” no 2º grau, é necessário que, em todos os dias, haja algum magistrado como titular em cada gabinete. Como solução caseira optamos por configurar o Juiz titular do gabinete em todo o período, mesmo em suas ausências”. Karine informou que tal providência já é adotada por nosso Regional, portanto, a origem de nossas ocorrências não são as mesmas do TRT6. Levi informou que o problema continua sendo investigado, mas que ainda não se chegou a uma conclusão do que tem ocasionado esta inconsistência na estatística do Pje-JT.

**4.2 - RECICLAGEM DO PJE –Semana de 16 a 20.11.2015** – Durante o período em que ocorreu a 2ª Semana de Formação Continuada dos Magistrados, quando foi suspenso o atendimento ao



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

## REUNIÃO MENSAL DO GRUPO GESTOR REGIONAL DO SISTEMA E-GESTÃO

público, o expediente externo e a contagem dos prazos processuais para as unidades judiciárias (através da RA 043/2015), aconteceu a reciclagem integral do Pje-JT. No 1º Grau o treinamento contou com 33 participantes e no 2º grau com 35 participantes. Nos dias 16 e 17.11.2015, respectivamente, Marilac realizou um trabalho junto às 1ª e 2ª VT de Aracaju, traçando um diagnóstico dos processos que se encontram no Item 383 - Processos pendentes de baixa - fase de execução, tendo em vista a importância deste item no cálculo do IPC-Jus. Na 1ª vara foram analisados 282 processos, onde foi constatado que, destes, 113 encontram-se no JAE, sem movimento processual há algum tempo. Do universo analisado, 31 processos encontravam-se passíveis de atuação da Vara para regularização. Durante esta semana, foram regularizados pela vara 71 processos que se encontravam incorretamente no item 383 do e-Gestão de 1º grau. Na 2ª Vara, foram analisados 300 processos do mesmo item (383) onde foi constatado que, destes, 125 estavam relacionados ao trabalho iniciado em jun/2015 (quando da semana de saneamento – de 08 a 12.06.2015), e ainda não ultimado (prescrição intercorrente); 60 processos possuíam movimento de arquivamento sem especificação se era “Provisório” ou “Definitivo”. Esclarecemos que a ocorrência de processos arquivados sem indicação do tipo de arquivamento – Provisório ou definitivo” possui efeito deletério para a estatística do Regional, pois o processo permanece “Pendente” quando já poderia ter sido “baixado” ou retirado do item. Dos 300 processos analisados na 2ª VT, constatou-se que, 185 processos estavam passíveis de serem “baixados da execução”. O trabalho efetuado pela 2ª Vara nesta semana resultou em 108 processos “baixados na execução”, contribuindo para o atingimento da Meta 5, que não vinha sendo atingida pela unidade. Quando do trabalho efetuado na 1ª VT, a subdiretora Márcia Moderno sugeriu, como medida para dar baixa na execução, um esforço concentrado em períodos como início do ano (quando normalmente ficam suspensas as audiências, os prazos processuais e a intimação de partes ou advogados por solicitação da OAB), bem como em semanas em que se trabalha somente 02 dias – carnaval e semana santa.

### **4.3 - PROVIMENTO nº 3/2015 de 07/10/2015 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho**

este provimento alterou o marco inicial da contagem do prazo para os desembargadores proferirem voto, que antes era a partir da “Conclusão” e que passou a ser da “Distribuição” para o gabinete. Esta mudança de parâmetro vai repercutir no prazo. Em razão da preocupação com as situações em que é necessário o encerramento da conclusão para envio ao cálculo ou realização de diligências, Mônica sugeriu que se elaborasse e enviasse à CGJT uma sugestão de inclusão nas regras de hipóteses de suspensão. O provimento mencionado também prevê, no art.3º que “Os tribunais Regionais do Trabalho devem, no prazo de 90 (noventa) dias adaptar os seus Regimentos Internos ao disposto no provimento.

**4.4 Taxa de Congestionamento de Processos em Fase de Execução** – Tendo em vista a criação de novos indicadores no Justiça em Números (CNJ), mais precisamente a “**Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Execução do 1º Grau**”, que desconsidera os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório da Taxa de Congestionamento, foi sugerido e aprovado que, nos processos que estiverem no JAE sem movimentação há mais de 2 (dois) anos seja incluído, via sistema o movimento de “Arquivo Provisório”. A AGE e a TI ficarão responsáveis pelo levantamento e



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

## REUNIÃO MENSAL DO GRUPO GESTOR REGIONAL DO SISTEMA E-GESTÃO

operacionalização desta aprovação. Por ora, estes processos devem permanecer no JAE, não devendo ser enviados fisicamente ao arquivo provisório, até ulterior deliberação.

### 4.5 O que ocorrer:

**PROCESSOS NO JAE – Juízo Auxiliar de Execução** - Ao fazer um estudo nos processos pendentes na “Execução” da 1ª Vara do Trabalho de Aracaju, detectou-se que, algumas Varas possuem muitos processos no JAE sem movimentação há algum tempo. Débora comentou que algumas Varas têm reclamado a respeito dos processos que estão no JAE sem movimentação, pois constam na estatística da vara como “Pendentes” mas a Vara não pode fazer nada, pois estão no JAE. Ficou decidido que, as varas que se sentirem prejudicadas em razão de processos que tenham sido enviados ao JAE e encontrem-se sem movimentação, podem solicitar o retorno dos processos, exceto no que se refere à “centralização” de algumas execuções, a exemplo das execuções contra o Grupo Bonfim.

JUSTIÇA EM NÚMEROS 2015 – Em face das alterações trazidas pela 3ª Edição da Resolução 76 / 2009 (em abril/2015), os relatórios disponibilizados no site do TST referentes ao “Justiça em Números” encontram-se atualmente desatualizados. O TST será consultado para saber se até o prazo fatal para lançamento dos dados referentes ao ano de 2015 (fev/2016) serão disponibilizados os relatórios atualizados relativos ao Justiça em Números 2015. Ação a cargo da AGE – Assessoria de Gestão Estratégica

**SELO OURO - premiação promovida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ** - Dr. Fábio informou que na última terça-feira, dia 24/11, ocorreu em Brasília, durante o 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário, a premiação promovida pelo CNJ, onde o nosso Tribunal obteve o Selo Ouro. Dr. Fábio Túlio registrou a satisfação e o reconhecimento do trabalho efetuado pelos servidores da Casa, parabenizando o esforço. Reconheceu que o setor de estatística e a TI são diretamente responsáveis por esta comenda. Comentou também que, por pouco não recebemos a Selo Diamante, e que dentre os dois critérios que faltamos para pontuar e recebê-lo está a ausência do Núcleo de Estatística. Na oportunidade foi deliberado a criação deste núcleo, ficando Tadeu como responsável pela minuta da criação.

**META 6 de 2015 – Prorizar o julgamento das ações coletivas** - Foi informado pela AGE que para o cumprimento desta meta só faltam julgar 3 (três) processos. Todos já se encontram conclusos, sendo 2 (dois) com Dr. Ricardo e 01(um) com Dra Gisela.

Nada mais havendo a tratar, o Coordenador do Grupo Gestor agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

## REUNIÃO MENSAL DO GRUPO GESTOR REGIONAL DO SISTEMA E-GESTÃO

### Assinatura

**FABIO TÚLIO CORREIA RIBEIRO**  
Desembargador Presidente  
Coordenador do Comitê Regional do Sistema e-Gestão  
*(assinado digitalmente)*

**Luiza de Marilac Amazonas C de Andrade**  
Secretária da Reunião